

IV-242 - ANÁLISE DO POTENCIAL DE IMPLANTAÇÃO DE PROJETOS DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS (PSA) NA MICRORREGIÃO DE UBERLÂNDIA ENFOQUE NOS POTENCIAIS PAGADORES

Alessandra Campos dos Santos⁽¹⁾

Engenheira Ambiental pelo Instituto de Ciências Agrárias - ICIAG da Universidade Federal de Uberlândia.

Roberto Faria Silva

Engenheiro Ambiental pelo Instituto de Ciências Agrárias - ICIAG da Universidade Federal de Uberlândia.

Maria Rita Raimundo e Almeida

Doutora em Ciências da Engenharia Ambiental pela Universidade de São Paulo, Professora adjunta do Instituto de Ciências Agrárias – ICIAG da Universidade Federal de Uberlândia.

Endereço⁽¹⁾: Av. João Naves de Ávila, 2121 - Campus Santa Mônica - CX 593 - Uberlândia - MG - CEP 38408-100 - Brasil - Tel: (34) 3225-8444- e-mail: s.c.ale@hotmail.com.

RESUMO

Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) é a retribuição, monetária ou não, às atividades humanas de restabelecimento, recuperação, manutenção e melhoria dos ecossistemas que geram serviços ambientais e que estejam amparadas por planos e programas específicos. Este estudo apresenta como tema central a análise do potencial de implantação de programas de pagamento por serviços ambientais na microrregião de Uberlândia/MG, mais especificamente na cidade de Monte Alegre de Minas. Tem como principal objetivo o levantamento de potenciais pagadores pelos serviços ambientais, sejam eles órgãos municipais ou estaduais, organizações não governamentais (ONG) e, até mesmo, instituições privadas. Quanto à metodologia trata-se de uma pesquisa exploratória, com trabalho de campo e de natureza qualitativa. A coleta de dados foi realizada por meio de entrevista semiestruturada com potenciais pagadores para os projetos de PSA. A partir dos resultados das entrevistas foi realizada uma análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*) para a identificação das potencialidades, fraquezas, oportunidades e ameaças para a implantação de um sistema de PSA. Foi possível observar um potencial favorável da região de Monte Alegre de Minas para a implantação de um programa de PSA, devido, principalmente, ao interesse da Prefeitura Municipal por projetos desta natureza, podendo ser um potencial pagador, destacando a conservação de recursos hídricos como o tipo de PSA mais adequado para a microrregião.

PALAVRAS-CHAVE: Pagamento por serviços ambientais, Pagadores por serviços ambientais, Protetor-recebedor, Conservação.

INTRODUÇÃO

Muitas O bem-estar das pessoas depende significativamente dos serviços ambientais fornecidos pela natureza, dentre eles a regulação do clima na Terra, a formação dos solos, o controle contra erosão, o armazenamento de carbono, a ciclagem de nutrientes, o fornecimento de recursos hídricos em quantidade e qualidade, a manutenção do ciclo de chuvas, a proteção da biodiversidade, elementos culturais, a beleza cênica, a manutenção de recursos genéticos, entre outros (SUSAN et al., 2012).

O crescimento populacional juntamente com o desenvolvimento tecnológico provocou um aumento na demanda por recursos naturais, o que implicou na exploração excessiva dos ecossistemas. Até metade do século XX, isto não era visto como um problema. Porém, observou-se que tais recursos são finitos (BRITTO et al., 2012). Assim, o conceito de Serviços Ambientais ganha ênfase no mundo inteiro como resposta alternativa à crise de escassez de recursos naturais (BRITTO et al., 2012).

A Constituição da República Federativa do Brasil (1988), em seu artigo nº 225, traz:

“Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

II - preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético;

III - definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

IV - exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade;

V - controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente;

VI - promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente;

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade” (BRASIL, 1988).

Para garantir este direito de todos, tem se delineado no cenário de discussões um princípio que, segundo alguns autores, tem demonstrado ter eficácia no controle da poluição (CLAASSEN et al., 2001), é o chamado princípio do protetor-recebedor, ou seja, o agente que protege o bem ambiental, sendo um agente público ou privado, em benefício da coletividade deve receber uma compensação financeira como forma de incentivar a proteção dos serviços ambientais (SILVA; JOVIANO, 2012). Para Seroa da Motta, Ruitenbeek e Huber (1996), o emprego de instrumentos que oferecem algum incentivo econômico nas políticas ambientais é mais vantajoso em relação aos de comando e controle.

Através deste princípio do protetor-recebedor, surgiu o instrumento de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), cuja essência consiste em: o agente que adotou a conduta ambientalmente positiva deve ser remunerado de alguma forma – seja diretamente ou indiretamente – por meio de algum incentivo fiscal (HUPFFER et al., 2011). Logo, pode-se denominar PSA como um conjunto de mecanismos que tem como principal objetivo manter os ativos e serviços oferecidos pela natureza, por meio da recompensa ou remuneração para aqueles que os preservam (MORAES, 2012).

Segundo Gusmão (2005), o PSA é um forte instrumento na consecução do desenvolvimento sustentável. Micol, Andrade e Borner (2008) corroboram com esta colocação ao indicarem que, além de um instrumento econômico, o PSA constitui-se como mecanismo de política ambiental ao incentivar práticas conservacionistas, sem impedir práticas produtivas.

O Código Florestal Brasileiro (CFB), aprovado através da Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012 traz um incentivo aos programas de pagamento por serviços ambientais, através do Art. 41º que traz normas e definições como:

“Art. 41º: É o Poder Executivo federal autorizado a instituir, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contado da data da publicação desta Lei, sem prejuízo do cumprimento da legislação ambiental, programa de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente, bem como para adoção de tecnologias e boas práticas que conciliem a produtividade agropecuária e florestal, com redução dos impactos ambientais, como forma de promoção do desenvolvimento ecologicamente sustentável, observados sempre os critérios de progressividade, abrangendo as seguintes categorias e linhas de ação:

I - pagamento ou incentivo a serviços ambientais como retribuição, monetária ou não, às atividades de conservação e melhoria dos ecossistemas e que gerem serviços ambientais, tais como, isolada ou cumulativamente:

- a) o sequestro, a conservação, a manutenção e o aumento do estoque e a diminuição do fluxo de carbono;
- b) a conservação da beleza cênica natural;
- c) a conservação da biodiversidade;
- d) a conservação das águas e dos serviços hídricos;
- e) a regulação do clima;
- f) a valorização cultural e do conhecimento tradicional ecossistêmico;
- g) a conservação e o melhoramento do solo;
- h) a manutenção de Áreas de Preservação Permanente, de Reserva Legal e de uso restrito” (BRASIL, 2012).

Apesar dos benefícios sociais que um programa de PSA pode gerar, deve-se destacar que este não pode ser encarado como um mecanismo de redução de pobreza (PAGIOLA et al., 2005) e a atribuição desse objetivo ao PSA pode comprometer a eficácia em atingir seu objetivo principal (WUNDER et al., 2009).

Por todos seus benefícios, o PSA tem sido utilizado por várias instituições e governos ao redor do mundo como forma de melhoria da gestão do patrimônio ambiental, sendo a Costa Rica um dos primeiros países a introduzirem esquema de PSA, no caso, para conservação de florestas (DIAS, 2012).

Projetos de Pagamentos por Serviços Ambientais (PSA) vêm se difundindo com muita rapidez no Brasil e os implementadores já aprenderam várias lições a respeito. Porém, existem poucas publicações que sistematizam essas experiências e analisam o instrumento de PSA criticamente no Brasil e, como consequência, os responsáveis pelos projetos enfrentam muitas dúvidas sobre os mecanismos relacionados e como implementar um PSA (DIAS, 2012).

Ainda há muitos desafios de ordem técnica e financeira, bem como institucional e legal para que o PSA ganhe escala no Brasil (SUSAN et al., 2012). Assim, o presente estudo objetiva avaliar o potencial da microrregião de Uberlândia para a criação de programas de Pagamentos por Serviços Ambientais, focando no levantamento de potenciais pagadores pelos serviços ambientais. Levando em consideração todos os serviços ambientais que a natureza oferece para a sadia qualidade de vida das pessoas, e de todos os seres, justifica-se a procura por instrumentos que poderão contribuir para o provimento desses serviços, como os mecanismos de Pagamento por Serviços Ambientais, um instrumento de gestão ambiental ainda recente no Brasil, mas que se bem gerenciado pode contribuir para a preservação do meio ambiente. Para este fim, foi escolhida a cidade de Monte Alegre de Minas por ser um município de pequeno porte, que tem na agricultura sua maior contribuição para o Produto Interno Bruto (PIB). Dessa maneira, o estudo busca contribuir para a aprendizagem e troca de conhecimentos a respeito da implantação de um PSA.

MATERIAIS E MÉTODOS

ÁREA DE ESTUDO

Para o desenvolvimento desta pesquisa foi escolhido o município mineiro de Monte Alegre de Minas, localizado na Mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, mais especificamente na microrregião de Uberlândia.

Sua população, em 2010, foi estimada em 19.619 habitantes, sendo que 26% da população vive na zona rural. Seu território pertence à Bacia Hidrográfica do rio Paranaíba e abriga os biomas de Cerrado e Mata Atlântica. O município possui uma área de aproximadamente 2.595,957 km² (IBGE, 2014). A economia é baseada na agropecuária, tendo os principais produtos abacaxi, soja, laranja, cana, pecuária de leite e corte.

IDENTIFICAÇÃO DO TIPO DE PSA

A identificação do tipo de PSA mais adequado para a microrregião de Uberlândia foi baseada em revisão de literatura de artigos, teses, dissertações e cartilhas sobre o tema, principalmente, sobre as experiências de PSA já implantados. Além dos resultados encontrados na realização das entrevistas, que será melhor detalhado a seguir.

IDENTIFICAÇÃO DOS POTENCIAIS PAGADORES

Inicialmente, foi feito um levantamento dos atores envolvidos com questões ambientais na microrregião de Uberlândia e que poderiam envolver-se com programas de PSA, sejam órgãos municipais ou estaduais, organizações não governamentais (ONG) e, até mesmo, instituições privadas. A partir deste levantamento, foram selecionadas algumas instituições. Dentro destas instituições, buscou-se por pessoas com cargos e conhecimento técnico para representar a instituição, sendo estas pessoas que participaram das entrevistas.

O objetivo das entrevistas (semi-estruturada) foi de verificar se estes atores têm conhecimento sobre o potencial do instrumento PSA, se já existem iniciativas de PSA na região e qual a posição deles diante a possibilidade de implantação de um programa de PSA para atender o município de Monte Alegre de Minas e arredores. Esse roteiro foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisas com Seres Humanos da Universidade Federal de Uberlândia (CAAE: 27860114.0.0000.5152, parecer nº 750.504 de 11/07/2014).

ANÁLISE SWOT

A partir dos resultados da realização das entrevistas foi realizada uma análise SWOT (*Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats*), também conhecida como FOFA, para a identificação das potencialidades, fraquezas, oportunidades e ameaças para a implantação de um sistema de PSA na microrregião de Uberlândia, mais especificamente no município de Monte Alegre de Minas.

RESULTADOS

IDENTIFICAÇÃO DOS POTENCIAIS PAGADORES E DO TIPO DE PSA

Através de revisão bibliográfica dos envolvidos em programas de PSA já implementados no país foram selecionados 5 (cinco) diferentes atores envolvidos com a questão ambiental na microrregião de Uberlândia (focando o município de Monte Alegre de Minas) e que teriam potencial de se envolver com este tipo de programa. São esses:

- Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER) - sede de Monte Alegre de Minas;
- Instituto Estadual de Florestas (IEF);
- Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba - CBH-PN3;
- Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Minas; e
- PCH-Piedade – Piedade Usina Geradora de Energia S/A.

Conforme apresentado na metodologia, foi seguido um roteiro de entrevistas com o objetivo de conhecer em mais detalhe a relação dos atores com a questão ambiental, mais especificamente com o PSA, além de observar o potencial de implantação desse tipo de projeto na região.

O primeiro entrevistado foi um biólogo representante do IEF, órgão estadual que atua na promoção de ações para manutenção do equilíbrio ecológico, proteção da biodiversidade, educação ambiental, apoio ao reflorestamento e preservação ambiental. O IEF possui uma unidade no município de Monte Alegre de Minas desde 2004, tendo uma importante relação com o meio ambiente, através de ações na área florestal e no auxílio em algumas áreas relacionadas à fauna. No município, o IEF opera alguns programas relacionados à preservação do meio ambiente, como a conscientização dos proprietários rurais em relação à conservação ambiental, além de fazer parte do programa mineiro de PSA denominado Bolsa Verde. O entrevistado tinha conhecimento sobre o que era um Programa de Pagamento por Serviços Ambientais, e mencionou um projeto de conservação das águas realizado pela prefeitura de Uberlândia. O IEF reconhece que a região possui grande

potencial para a implantação de um programa de PSA, principalmente na parte de conservação das águas. Considerando o PSA uma iniciativa de grande importância, o órgão mostrou bastante interesse em participar de algum programa futuro, auxiliando no desenvolvimento do projeto. Apontou também as empresas privadas, a Prefeitura de Monte Alegre e impostos ecológicos como as principais fontes de recursos financeiros que poderiam ser destinados para a criação de um programa de PSA. Completou a entrevista ressaltando que ainda há poucas ações voltadas a preservação do meio ambiente, pois ainda falta iniciativa dos governos e empresas.

O segundo entrevistado foi um representante do Sindicato Rural de Monte Alegre que trabalha como Diretor do Meio Ambiente na Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Minas, sede do poder executivo do município, que é dividida em secretarias de governo, como educação, saúde e meio ambiente, atuando efetivamente em todas as áreas do município. A relação da prefeitura com o meio ambiente é mantida por meio de criação e manutenção de viveiro de mudas no município, incentivo ao reflorestamento e preservação ambiental e a supervisão do uso de defensivos agrícolas por parte dos produtores rurais, não tendo assim, nenhum projeto em maior escala no presente e, por hora, nem planejamento para isso. O representante da prefeitura desconhecia o significado de um programa de PSA e, conseqüentemente, não conhecia nenhum programa na região. Entretanto, achou a ideia do PSA uma iniciativa muito interessante e importante, acrescentando ainda que reconhecia um grande potencial na região para implementação de um programa de PSA voltado para preservação dos recursos hídricos. Isso se deve ao fato de que em maio de 2014 foi inaugurada uma estação de captação de água no Ribeirão da Babilônia, que fica próximo à cidade de Monte Alegre, com o objetivo de fornecer água potável aos moradores do município. A prefeitura reconheceu neste instrumento uma maneira de melhorar a qualidade da água fornecida a população, além de redução nos custos de seu tratamento. Assim, mostrou grande interesse em participar de um futuro projeto, e disse ainda que, com a parceria de empresas privadas, conseguiriam fontes de recursos que poderiam ser destinados para o programa.

O terceiro entrevistado foi uma técnica da EMATER, órgão responsável pelo atendimento principalmente ao pequeno produtor e a agricultura familiar, mas que pretende alcançar os grandes produtores rurais no futuro. Possui uma unidade em Monte Alegre desde 1964, trabalhando com práticas sustentáveis, como assistência aos produtores de leite e ao uso correto de agrotóxicos, principalmente na plantação de abacaxi. No momento a EMATER não possui nenhum programa direcionado a preservação ambiental, mas irá participar, juntamente com o Instituto Socioambiental (ISA) do Cadastro Ambiental Rural (CAR), desenvolvendo mapas através de georreferenciamento. O representante da EMATER desconhecia o significado de um programa de PSA e não conhecia nenhum programa relacionado na região. Todavia, achou a ideia muito interessante e importante, reconhecendo um grande potencial da região para a criação de um programa de PSA, principalmente relacionado à preservação dos recursos hídricos. Assim, a EMATER mostrou interesse em fazer parte de um futuro projeto de PSA, auxiliando na área de diagnósticos, visitas, divulgação e fornecimento de informações. Destacou ainda que a Prefeitura seria a principal fonte de recursos a ser destinados a um programa de PSA.

O quarto entrevistado foi o diretor da PCH-Piedade – Piedade Usina Geradora de Energia S/A, empresa privada que atua na área de geração de energia em Monte Alegre desde 2010. Segundo ele, a empresa possui uma relação bastante harmônica com o meio ambiente, seguindo rigorosamente todos os seus deveres perante este. A PCH faz o monitoramento de espécies de pássaros da região, além de proteger a mata nativa no trecho de vazão reduzido do rio, sendo estas ações relacionadas ao monitoramento do seu processo de licenciamento. Mas além destas ações, não possui nenhum outro projeto relacionado a preservação do meio ambiente. O representante da usina desconhecia o significado de um programa de PSA, e também não conhecia nenhum projeto implantado na região. E apesar de achar uma iniciativa importante, não mostrou interesse em participar de um projeto de PSA, além de não saber de nenhuma fonte de recursos que poderiam ser destinados ao projeto.

O quinto e último entrevistado foi a vice-presidente da Diretoria - Gestão 2013-2017- do Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba - CBH-PN3, operando desde 30 de abril de 2004. Desde então, atua na área de recursos hídricos, na tomada de decisões de assuntos ligados a água com a participação das comunidades locais, faz negociações e tenta sempre resolver os problemas ambientais da bacia, além de ter caráter deliberativo e normativo das ações. O comitê foi criado com o intuito de preservar os recursos hídricos, assim, possui grande relação com a preservação do meio ambiente, como autorizações para outorgas e os impactos negativos e positivos que estas poderão causar no ambiente. O comitê apoia projetos que a ele são apresentados: anualmente, são abertas vagas para novos projetos, como recuperação de mata ciliar e recuperação de Área de Preservação Permanente, que, se aprovados pelo comitê, serão financiados

através de um fundo de recursos disponibilizado pelo governo. O membro do comitê conhecia o significado de um projeto de PSA e destacou os projetos de conservação das águas no sul de Minas Gerais (Extrema) e o Bolsa Verde. Reconheceu grande potencial de implantação de um programa de PSA na região, principalmente, os voltados para a preservação de nascentes. Ele considerou o PSA uma iniciativa muito importante e mostrou interesse em fazer parte de um possível projeto, com apoio na parte técnica. Complementou dizendo que parcerias com empresas privadas e com o governo seriam as possíveis fontes de recursos que poderiam ser destinados a um programa de PSA.

Através das entrevistas, foi possível observar que os cinco atores selecionados possuem alguma relação com o meio ambiente, seja através de projetos, orientações, auxílio aos moradores da zona rural, deliberações e monitoramentos.

Foi observado um potencial favorável para a implementação de um programa de PSA na região, sendo que 4 dos 5 entrevistados se mostraram interessados em participar do programa. Destes que se interessaram, todos destacaram a conservação de serviços hídricos como a principal categoria a ser preservada na região. Isso pode ser explicado pelo fato de essa categoria ser a mais conhecida no Brasil, além de que nosso país possui uma grande quantidade de recursos hídricos. Outro fato que contribuiu para este destaque foi que recentemente inaugurou-se uma estação de captação e tratamento de água na cidade de Monte Alegre de Minas. Tal captação está sendo feita no Ribeirão da Babilônia, que passa pelo município e consequentemente por várias propriedades rurais.

Analisando outro programa de PSA já em operação no Brasil, o Conservador das Águas de Extrema, é possível perceber que das instituições parceiras deste projeto, algumas coincidem com os atores que se mostraram interessados em participar do programa de PSA na região de Monte Alegre, que é a Prefeitura Municipal, o IEF e o Comitê de Bacias. Isso mostra que esses atores são parte importante para a criação e funcionamento de um projeto de PSA, uma vez que eles estão ligados diretamente com a preservação ambiental. Outras instituições que fazem parte do PSA de Extrema são a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo (SABESP), a Agência Nacional das Águas (ANA), o *The Nature Conservancy* (TNC) – órgão internacional sem fins lucrativos – e a ONG SOS Mata Atlântica. Essas parcerias são muito importantes para proporcionar ao projeto financiamentos, monitoramentos, apoio técnico e fornecimento de insumos, além de serem possíveis pagadores pelos serviços ambientais (JARDIM, 2010). As fontes de recursos que poderiam ser destinados para um programa de PSA, segundo os entrevistados, seriam por parte de parcerias entre o governo, que no caso seria a prefeitura, e empresas privadas. Mesmo a PCH Piedade não mostrando interesse em fazer parte de um projeto de PSA, outras empresas poderiam ser selecionadas e abordadas em relação a esse assunto, isso porque atualmente uma empresa que participa ou faz projetos ambientais (com exceção daqueles previstos em lei) pode se beneficiar usando esses projetos como um “marketing ambiental”, adquirindo maior credibilidade para com os consumidores, além de contribuir para a preservação ambiental.

ANÁLISE SWOT (*STRENGTHS, WEAKNESSES, OPPORTUNITIES AND THREATS*)

Também conhecida como FOFA, esta análise foi realizada para a identificação das potencialidades, fraquezas, oportunidades e ameaças da implantação de um sistema de PSA no município de Monte Alegre de Minas. Adaptando os conceitos da análise SWOT apresentados por Fagionato (2013), as potencialidades compreendem as características do projeto que o fortalecem, e suas vantagens em relação a outros; as fraquezas são as fragilidades, suas desvantagens; as oportunidades são aspectos externos positivos que se usam das forças do projeto para gerar oportunidades de melhoria; e as ameaças são aspectos externos que representam riscos para o cenário. A Tabela 1 mostra os resultados obtidos através da análise SWOT:

Tabela 1: Análise SWOT

Fatores Positivos	Fatores Negativos
Potencialidades	Fraquezas
Município pequeno facilitando a gestão; Melhoria na qualidade e quantidade da água; Recuperação e/ou conservação de APPs; Captação de água no ribeirão para abastecimento da cidade de Monte Alegre; Interesse da Prefeitura pelo projeto; Geração de renda para pequenos produtores rurais; Possibilidade de apoio técnico da EMATER e do IEF.	Custo para implantar e operar o programa; Escassez de recursos financeiros; Desconfiança em relação à viabilidade do programa; Desinteresse de empresas privadas; Falta de consciência ambiental (envolvidos).
Oportunidades	Ameaças
Mercado dos serviços ambientais em ascensão; Preservação ambiental; Recursos hídricos em abundância; Adequação à legislação; Aprendizagem e troca de experiências entre os profissionais envolvidos.	Conhecimento limitado a respeito do PSA; Ausência de políticas públicas de incentivo a preservação ambiental; Falta de vontade política; Falta de consciência ambiental.

CONCLUSÕES

Através das entrevistas foi possível avaliar o potencial da microrregião de Uberlândia para a criação de PSA, mais especificamente na cidade de Monte Alegre de Minas. Tal potencial foi favorável, uma vez que quatro dos cinco entrevistados mostraram-se interessados em participar de um programa de PSA na região.

Entre os entrevistados que se mostraram interessados pelo projeto estão a Prefeitura de Monte Alegre de Minas, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER) - sede em Monte Alegre de Minas, o Instituto Estadual de Florestas (IEF) e o Comitê da Bacia Hidrográfica dos Afluentes Mineiros do Baixo Paranaíba CBHPN3.

Por outro lado, a PCH-Piedade - Piedade Usina Geradora de Energia S/A, empresa privada que atua na área de geração de energia não mostrou interesse pelo programa de PSA. Mas apesar do desinteresse da PCH-Piedade outras empresas privadas podem ser abordadas e questionadas a respeito do programa. Isso porque parcerias entre o governo e empresas privadas são uma das formas mais conhecidas e eficazes para arrecadação de fundos financeiros para implantar programas de preservação ambiental.

Foi identificado também o tipo de PSA mais adequado para a microrregião, e o que mais obteve destaque entre os entrevistados foi a conservação de serviços hídricos. Contribui para isto, o fato da inauguração de uma estação de captação de água em um ribeirão próximo à cidade de Monte Alegre, com o objetivo de fornecer água potável aos moradores do município. Nesse cenário a implantação de um programa de PSA seria vantajoso tanto economicamente quanto ambientalmente para a região, pois ao invés de tratar a água poluída, os proprietários rurais receberiam incentivos para preservação da mesma.

Apesar do grande interesse pelo programa de PSA, notou-se que o conhecimento a respeito do PSA ainda é limitado, podendo ainda ser facilmente confundido por outros conceitos, como impostos ambientais. Outros fatores negativos são a escassez de recursos financeiros para implantação de projetos de preservação ambiental tanto por parte do governo quanto por parte de empresas privadas, além da falta de políticas públicas que possam incentivar a preservação do meio ambiente.

Por outro lado, foi possível notar fatores positivos, como o grande interesse da Prefeitura de Monte Alegre em preservar os recursos hídricos da região. O cenário ambiental também é favorável, pois o mercado dos serviços ambientais está em ascensão no Brasil, uma vez que a demanda por água em quantidade e qualidade está cada vez maior. Além do fato da preservação ambiental, que é uma oportunidade caso um programa de PSA seja implantado.

Os resultados obtidos nesta pesquisa foram importantes, pois contribuíram para o melhor entendimento do potencial de implantação de um programa de PSA, instrumento de preservação ambiental ainda recente no Brasil, mas de grande importância na preservação ambiental.

Assim, foi possível concluir um potencial favorável para implantar um programa de PSA em Monte Alegre, instrumento que, se bem elaborado e gerenciado, pode trazer benefícios ambientais, sociais e econômicos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. Art. 225 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 30 dez. 2013.
- BRITTO, G. C. KATO, O. R. HERRERA, J. A. A Prestação de Serviços Ambientais pode ser uma alternativa aos sistemas tradicionais da agricultura familiar no município de Pacajá, Amazônia Paraense – Brasil? Sustentabilidade em Debate, v.3, n.2, p.159-176, 2012.
- CLAASSEN, R. et al. Agri-environmental policy at the crossroads: Guideposts on a changing landscape. USDA-ERS Report, n. 794, 2001.
- DIAS, Bráulio F. S. Pagamentos por Serviços Ambientais na Mata Atlântica Lições aprendidas e desafios. 2012. 280 f. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, DF, 2012.
- FAGIONATO, Anderson. Planare Gestão de Equipes. Análise SWOT Aplicada: Conceito e um Estudo de Caso. 2013. Disponível em: <<http://planare.com.br/blog/analise-swot-aplicad>>. Acesso em: 15 jul. 2014.
- GUSMÃO, A. V. P. Problemas ambientais globais e a compensação por serviços ambientais como alternativa para a proteção do capital social e ecológico. Jus Navigandi, v.9, n.589, 2005. Disponível em: <<http://jus.com.br/revista/texto/6341>>. Acesso em: 10 jul. 2014.
- HUPFFER, H. M. WEYERMÜLLER, A. R. WACLAWOVSKY, W. G. Uma análise sistêmica do princípio do protetor-recebedor na institucionalização de programas e compensação ambiental por serviços ambientais. Ambiente & Sociedade, v.14, n.1, p.95-114, 2011.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2014. Monte Alegre de Minas – Minas Gerais. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=314280#>>. Acesso em: 20 ago. 2014.
- JARDIM, M. F. Pagamento por Serviços Ambientais na Gestão de Recursos Hídricos: O Caso do Município de Extrema-MG. 2010. Universidade de Brasília – Centro de Desenvolvimento Sustentável, 2010.
- MICOL, L. ANDRADE, J. BORNER, J. Redução das emissões do desmatamento e da degradação florestal (REDD): potencial de aplicação no Estado de Mato Grosso. Cuiabá: Instituto Socioambiental, The Nature Conservancy Brazil, 2008.
- MORAES, J. L. A. Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) como instrumento de Política de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais: o projeto Protetor das águas de Vera Cruz, RS. Sustentabilidade em Debate, v.3, n.1, p.43-46, 2012.
- PAGIOLA, S. ARCENAS, A. PLATAIS, G. Can Payments for Environmental Services Help Reduce Poverty? An Exploration of the Issues and the Evidence to Date from Latin America. World Development, p.237–253, 2005.
- SEROA DA MOTTA, R. RUITENBEEK, J. HUBER, R. Uso de instrumentos econômicos na gestão ambiental da América Latina e Caribe: lições e recomendações. Rio de Janeiro: IPEA, 61 p., 1996. Texto para discussão nº 440.
- SILVA, A. JOVIANO, P. E. A. Pagamento por Serviços Ambientais (PSA): princípio do protetor-recebedor. Cadernos de resumos: IX Congresso Brasileiro de Direito Constitucional e Cidadania, p.28-32, 2012.
- SUSAN, S. E. CUNHA, A. OLIVEIRA, F. A. Pagamentos por Serviços Ambientais na Mata Atlântica Lições aprendidas e desafios. 2012. 280 f. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, DF, 2012.
- WUNDER, S. BORNER, J. TITO, M. PEREIRA, L. Pagamentos por serviços ambientais perspectivas para a Amazônia legal. 2009. 146 f. Ministério do Meio Ambiente. Brasília, 2009.